



Proposta da Administração

Assembleia Geral Ordinária – AGO

09 de junho de 2026

Horário: 11:00h



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
BANCO DA AMAZÔNIA S.A.
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA DE CAPITAL ABERTO
CNPJ 04.902.979/0001-44 - NIRE 15300005132**

PROPOSIÇÃO AGO Nº 2026/01

Senhores(as) Acionistas,

A Administração do Banco da Amazônia S.A., vem apresentar a presente proposta a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária que será realizada de modo parcialmente digital, admitindo a participação à distância por meio de Plataforma Digital, no dia 09.06.2026, às 11h, na sede da Companhia, na cidade de Belém, Estado do Pará, no 14º andar do Edifício Sede, na Avenida Presidente Vargas nº 800, CEP 66017-901.

A assembleia foi convocada com o objetivo de:

- (1) Tomar conhecimento do Relatório da Administração, das manifestações do Conselho de Administração, dos Pareceres do Conselho Fiscal, do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (2) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2025 e a distribuição dos juros sobre capital próprio;
- (3) Deliberar sobre proposta de remuneração dos integrantes da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e demais Comitês remunerados da Instituição, para o período compreendido entre abril/2026 a março/2027; e
- (4) Eleger membros, Titular e Suplente, do Conselho Fiscal, indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda como representantes do Tesouro Nacional.

Belém (PA), 08 de maio de 2026

ANTONIO MANOEL MARQUES GUEDES DA CRUZ JUNIOR
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DA PROPOSTA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ACIONISTAS DO BANCO DA AMAZÔNIA

Data: 09 de junho de 2026

Hora: 11h

Local: Edifício Sede do Banco da Amazônia, localizado na Av. Presidente Vargas nº 800, 14º andar – bloco “A”, Belém (PA), CEP 66017-910.

ORDEM DO DIA

- 1. Tomar conhecimento do Relatório da Administração, das Manifestações do Conselho de Administração, dos Pareceres do Conselho Fiscal, do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.**

O Conselho de Administração em sua 559ª reunião extraordinária, realizada em 26.04.2026, com a presença dos membros do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e representante da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), ***examinou e aprovou***, na forma da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e do Estatuto Social da Entidade, conforme proposto na Proposição CA nº 2026/020, de 10.04.2026, as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, referentes ao exercício de 2025, manifestando-se favorável a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas, após tomar conhecimento do disposto no Relatório dos Auditores Independentes que emitiram opinião de que *“as demonstrações financeiras foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB)”* e tendo em vista o contido no Relatório do Comitê de Auditoria de 16.04.2026, de que *“considerando as informações obtidas em reuniões com as áreas responsáveis por assuntos contábeis, por controles internos e compliance, além da auditoria interna, bem como o relatório dos auditores independentes, emitido sem ressalvas, e o resultado de suas próprias análises, o Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e reconhecendo as limitações inerentes ao alcance de sua atuação, entende que todos os temas relevantes que chegaram ao seu conhecimento, com base nos trabalhos realizados e descritos neste relatório, estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2025, em Cosif. Assim, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração da divulgação dessas demonstrações financeiras na forma das normas legais e regulamentares aplicáveis”*.

A Diretoria Executiva em sua 5.136ª reunião extraordinária, realizada em 10.04.2026, se manifestou favorável à aprovação das Demonstrações Financeiras, do Relatório de Desempenho e Síntese do Resultado e do Relatório da Administração do Banco referentes ao exercício de 2025 conforme proposto no Parecer conjunto GECOR-GECON 2026/06, de 08.04.2026.

2. Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2025 e a distribuição dos juros sobre capital próprio.

O Conselho de Administração em sua 559ª reunião extraordinária, realizada em 16.04.2026, com a presença dos membros do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e representante da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), na forma da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e do Estatuto Social da Entidade, conforme proposto na Proposição CA nº 2026/020, de 10.04.2026, se manifestou favorável que o resultado do exercício de 2025 seja distribuído da seguinte forma:

	Em R\$
Lucro Líquido	1.105.418.282,57
Reserva Legal (5% s/Lucro Líquido)	(55.270.914,13)
Saldo após a Reserva Legal	1.050.147.368,44
Realização da Reserva de Reavaliação	645.50512
Base de cálculo para distribuição	1.050.792.873,56
Juros sobre Capital Próprio – JCP (*)	(420.317.149,42)
Reserva Estatutária	(424.462.421,09)
Reconhecimento dos efeitos da Resolução CMN nº 4.966/2021	(206.013.303,05)

(*) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

O assunto recebeu manifestação favorável da Diretoria Executiva em sua 5.136ª reunião extraordinária, realizada em 10.04.2026, ao apreciar o Parecer conjunto GECOR-GECON 2026/06, de 08.04.2026.

Anexo I: Comentários dos Diretores - Resolução CVM Nº 80/2022 – Seção 2 do Formulário de Referência.

3. Deliberar sobre proposta de remuneração dos integrantes da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e demais Comitês remunerados da Instituição, para o período compreendido entre abril/2026 a março/2027.

O Conselho de Administração em sua 557ª reunião extraordinária, realizada em 17.03.2026, aprovou, na forma da Proposição 2026/02, de 10/03/2026, do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, a proposta de remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e dos Comitês Remunerados (Comitê de Auditoria, contemplando todos os seus 3 membros; Comitê Estratégico de Crédito, Risco e de Capital, contemplando apenas 2 dos seus 3 membros; Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, contemplando apenas 1 dos seus 3 membros; e Comitê Estratégico de Inovação e Tecnologia, contemplando apenas 1 dos seus 3 membros) para o período de abril/2026 a março/2027, no valor total de **R\$11.216.017,74**.

Conforme disposto na alínea “j”, do inciso VI, do Art. 39, do Anexo I do Decreto nº 12.102, de 08.07.2024, o Banco da Amazônia encaminhou à Secretaria de Coordenação das Empresas

Estatais (SEST), para análise e manifestação, a proposta de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A proposta observa o parâmetro de realinhamento dos honorários fixos estabelecido pela SEST, objeto do Ofício Circular SEI nº 663/2026/MGI, recebido em 06.03.2026, limitado ao valor acumulado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2025 equivalente a 4,26%.

Anexo II: Remuneração dos Administradores Resolução CVM Nº 80/2022 – Seção 8 do Formulário de Referência.

4. Eleger membros, Titular e Suplente, do Conselho Fiscal, indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda como representantes do Tesouro Nacional.

O Estatuto Social do Banco da Amazônia com relação ao Conselho Fiscal, estabelece:

***Art. 40.** O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. Além das normas previstas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e sua regulamentação, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal do Banco as disposições para esse colegiado previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos para investidura e a remuneração.*

***Art. 41.** O Conselho Fiscal será composto por 4 (quatro) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo:*

- I. 3 (três) indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, sendo um deles representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública Federal; e*
- II. 1 (um) representante dos acionistas minoritários.*

***Parágrafo Único.** Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral.*

***Art. 42.** O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal será de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas.*

***§1º.** Atingido o limite a que se refere o caput, o retorno de membro do Conselho Fiscal no Banco, só poderá ser efetuado após decorrido prazo equivalente a um prazo de atuação.*

***§2º.** No prazo a que se refere o caput serão considerados os períodos anteriores de atuação ocorridos há menos de dois anos.*

***§3º.** Na primeira reunião após a eleição, os membros do Conselho Fiscal:*

- I. assinarão o termo de adesão ao Código de Conduta e às Políticas do Banco.*
- II. escolherão o seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal.*

***Art. 43.** Os membros do Conselho Fiscal deverão atender aos requisitos obrigatórios e observar as vedações para exercício das suas atividades determinados pela Lei nº*

13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e por demais normas que regulamentem a matéria.

Parágrafo Único. *O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá opinar sobre a observância dos requisitos e vedações para investidura dos membros.*

Art. 44. *Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos em suas ausências ou impedimentos eventuais pelos respectivos suplentes.*

Parágrafo Único. *Na hipótese de vacância, o suplente assume até a realização da primeira Assembleia Geral após a vacância.*

O Conselho Fiscal possui a atual composição:

NOME	CARGO	INDICAÇÃO/ELEIÇÃO
REGIS ANDERSON DUDENA	Titular	Indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, eleito na Assembleia Geral Extraordinária de 27.04.2026.
QUÊNIO CERQUEIRA DE FRANÇA	Titular	Indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, eleito na Assembleia Geral Ordinária de 28.04.2025.
ALEX PEREIRA BENÍCIO	Titular	Indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, eleito na Assembleia Geral Ordinária de 28.04.2025.
RODRIGO ROGÉRIO RIBEIRO	Suplente	Indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, eleito na Assembleia Geral Extraordinária de 11.09.2025.
GUILHERME LAUX	Suplente	Indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, eleito na Assembleia Geral Extraordinária de 11.09.2025.
MARCELO KALUME REIS	Suplente	Indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, eleito na Assembleia Geral Ordinária de 28.04.2025.
LETÍCIA PEDERCINI ISSA	Titular	Representante dos acionistas minoritários, eleita na Assembleia Geral Ordinária de 28.04.2025.
VAGO	Suplente	Representante dos acionistas minoritários.

Por intermédio do Ofício SEI nº 15779/2026/MF, o Ministro de Estado da Fazenda indicou FELISSA SOUZA ALARCON e HENRIQUE ALVES SANTOS para eleição como membros, respectivamente, Titular e Suplente, do Conselho Fiscal como representantes do Tesouro Nacional. O primeiro em substituição a Alex Pereira Benicio e a segunda em substituição a Marcelo Kalume Reis.

Após análise do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração sobre o preenchimento de requisitos e ausência de vedações e manifestação favorável da Casa Civil da Presidência da República, o Conselho de Administração em sua 382ª reunião ordinária, realizada em 29.04.2026, se manifestou de acordo com a elegibilidade dos indicados FELISSA SOUZA ALARCON e HENRIQUE ALVES SANTOS para o cargo de membro Titular e Suplente, respectivamente, do Conselho Fiscal.

Anexo III: Currículos de Felissa Souza Alarcon e Henrique Alves Santos

Belém (PA), 08 de maio de 2026.

ALCIR BRINGEL ERSE
Secretário Executivo

Anexo I: Comentários dos Diretores - Resolução CVM Nº 80/2022 – Seção 2 do Formulário de Referência

Anexo II: Resolução CVM Nº 80/2022 – Seção 8 do Formulário de Referência

Anexos III: Currículos de Felissa Souza Alarcon e Henrique Alves Santos

ANEXO I: COMENTÁRIOS DOS DIRETORES**RESOLUÇÃO CVM Nº 80/2022 – SEÇÃO 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA****EXERCÍCIO/2025****Valores em R\$ mil****2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES**

Recomenda-se a leitura deste documento em conjunto com as Demonstrações Financeiras Individuais de 31 de dezembro de 2025, divulgadas pela Instituição, disponíveis no site www.ri.bancoamazonia.com.br – Central de Resultados.

Todos os quadros/valores apresentados estão representados em R\$/mil, exceto quando indicado de outra forma.

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

Os comentários constantes deste item 2 foram elaborados pela Administração do Banco com base no Relatório da Administração e nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as quais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), observadas as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”), pelo BACEN, o modelo de documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), naquilo que não conflitem com a regulamentação aplicável às instituições financeiras.

Em linha com as orientações constantes do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, de 26 de fevereiro de 2026, os comentários da Administração buscam apresentar a visão dos diretores sobre os principais fatores que afetaram a situação financeira, econômica e patrimonial do Banco e o resultado de suas operações no período analisado, permitindo aos investidores compreender o contexto em que as informações constantes das demonstrações financeiras estão inseridas. Assim, as informações aqui apresentadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas explicativas, não se limitando à mera reprodução de dados contábeis, mas buscando evidenciar, quando aplicável, os fatores subjacentes ao desempenho e à posição patrimonial do Banco.

O Banco adotou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os novos padrões contábeis previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021. Nos termos do art. 79 da referida Resolução, as instituições financeiras estão dispensadas da apresentação de informações comparativas relativas a exercícios anteriores nas demonstrações financeiras de 2025. Dessa forma, as demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como as informações financeiras descritas neste item 2 do Formulário de Referência para o mesmo período, não incluem informações comparativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Em razão da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 nas demonstrações financeiras de 2025, e da correspondente dispensa de aplicação retrospectiva às demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, eventuais comparações entre a posição financeira, patrimonial e os resultados operacionais do Banco nesses períodos podem ser afetadas por diferenças de critérios contábeis e, portanto, não ser integralmente comparáveis. Essa circunstância deve ser considerada na análise das informações financeiras e dos comentários da Administração apresentados neste item 2.

Para informações adicionais sobre as principais alterações nas práticas contábeis decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 e seus efeitos relevantes, recomenda-se a leitura do item 2.3 deste Formulário de Referência.

2.1.a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A administração do Banco da Amazônia S.A. entende que dispõe de condições financeiras e patrimoniais adequadas para assegurar o cumprimento de suas obrigações e sustentar a continuidade de sua estratégia de negócios.

No exercício de 2025, a Instituição apresentou desempenho resiliente, mesmo em um ambiente macroeconômico ainda desafiador, marcado por política monetária restritiva, condições financeiras mais apertadas e maior pressão sobre a inadimplência em alguns segmentos, especialmente no setor agropecuário.

Nesse contexto, o Banco encerrou o exercício com lucro líquido de R\$ 1,11 bilhão, o que representa uma leve retração de 2,4% em relação a 2024, refletindo nossa postura prudencial e os desafios macroeconômicos do período. O resultado foi sustentado pelo forte crescimento das receitas, impulsionado pela expansão das operações de crédito (+31,0%), pelo desempenho da tesouraria (+39,1%), pelo avanço do *del credere* (+13,7%), pelo crescimento das receitas de tarifas bancárias (+14,1%), e prestação de serviços e seguridade (+14,8%). Também contribuiu positivamente para o resultado a constituição de crédito tributário de aproximadamente R\$ 339,0 milhões.

Por outro lado, a retração do lucro em comparação com o exercício anterior refletiu, principalmente, os efeitos da adequação à Resolução CMN nº 4.966/2021, que atualizou os critérios de mensuração e provisionamento de ativos financeiros, além de um ambiente mais desafiador para o segmento agropecuário.

Sob a ótica patrimonial, o Banco encerrou 2025 com Patrimônio Líquido de R\$ 7,2 bilhões, crescimento de 9,7% em relação a 2024, enquanto os ativos totais alcançaram R\$ 63,3 bilhões, com expansão de 16,6% na mesma base de comparação. Esse desempenho evidencia a solidez patrimonial da Instituição e sua capacidade de sustentar a expansão dos negócios.

O Banco encerrou dezembro de 2025 com Índice de Basileia de 13,28%, patamar superior ao mínimo regulatório, e que preserva a capacidade da Instituição de absorver riscos, preservar sua solidez patrimonial e suportar o crescimento futuro de suas operações com segurança.

Do ponto de vista operacional, o exercício foi marcado pela expansão da carteira de crédito total para R\$ 66,8 bilhões, crescimento de 20,4% em doze meses, apoiada por uma base de captação diversificada e pela ampliação da atuação comercial do Banco. O desempenho operacional também foi favorecido pelo crescimento das receitas de intermediação financeira, que totalizaram R\$ 6,4 bilhões, e das outras receitas operacionais, que somaram R\$ 3,2 bilhões no exercício.

Por outro lado, houve pressão relevante sobre as despesas e provisões. As despesas da intermediação financeira totalizaram R\$ 4,4 bilhões, enquanto as perdas esperadas para ativos financeiros líquidas alcançaram R\$ 1,5 bilhão. Além disso, as despesas administrativas cresceram, refletindo, entre outros fatores, investimentos estratégicos em serviços técnicos especializados e processamento de dados, diretamente relacionados à execução do Programa Transformação, voltado à modernização, ao ganho de escala e ao aumento de eficiência no médio e longo prazo.

Mesmo diante desse cenário, o Banco preservou sua capacidade de geração de resultados, fortalecimento patrimonial e atendimento às exigências prudenciais, mantendo base financeira compatível com sua atuação como agente de fomento e instituição financeira voltada ao desenvolvimento sustentável da Amazônia. O conjunto desses fatores demonstra que, em 2025, a

Instituição permaneceu financeiramente sólida, patrimonialmente fortalecida e preparada para seguir executando sua estratégia de crescimento com disciplina, prudência e foco em geração de valor.

Principais Indicadores

Balanco, Capital e Qualidade dos Ativos	Dez 2025	Dez 2024*	Var.
Carteira de crédito	R\$ 66,8 bi	R\$ 55,5 bi	+20,4%
Patrimônio líquido	R\$ 7,2 bi	R\$ 6,5 bi	+9,7%
Ativos totais	R\$ 63,3 bi	R\$ 54,3 bi	+16,6%
Índice de Basileia	13,28%	13,72%	-0,44 p.p.
Inadimplência acima de 90 dias	4,67%	2,15%	+2,52 p.p.
ROAE	16,2%	18,2%	-2,09 p.p.

Resultado, Originação e Receitas	Dez 2025	Dez 2024*	Var.
Lucro líquido	R\$ 1,1 bi	R\$ 1,1 bi	-2,4%
Operações de crédito contratadas	R\$ 23,8 bi	R\$ 18,2 bi	+31,0%
Crédito de fomento contratado	R\$ 20,2 bi	R\$ 15,6 bi	+30,0%
Aplicações com recursos do FNO	R\$ 17,8 bi	R\$ 13,6 bi	+31,0%
PRONAF	R\$ 2,7 bi	R\$ 1,4 bi	+99,7%
Apoio aos pequenos negócios	R\$ 12,2 bi	R\$ 9,1 bi	+33,7%
Crédito comercial	R\$ 3,6 bi	R\$ 2,6 bi	+36,7%
Receitas de tarifas bancárias	R\$ 288,8 mi	R\$ 253,1 mi	+14,1%
Receitas de Del Credere	R\$ 2,1 bi	R\$ 1,8 bi	+13,7%
Receitas de seguridade	R\$ 77,7 mi	R\$ 67,6 mi	+14,8%
Despesas administrativas	R\$ 1,7 bi	R\$ 1,2 bi	+37,5%

* Em razão da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 nas demonstrações financeiras de 2025, e da correspondente dispensa de aplicação retrospectiva às demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, eventuais comparações entre a posição financeira, patrimonial e os resultados operacionais do Banco nesses períodos podem ser afetadas por diferenças de critérios contábeis e, portanto, não ser integralmente comparáveis.

2.1.b. Estrutura de capital:

A estrutura de capital do Banco é composta por capital próprio, representado pelo patrimônio líquido, e por recursos de terceiros captados no curso normal das atividades de intermediação financeira, incluindo depósitos, instrumentos de captação, obrigações por empréstimos e repasses, obrigações com fundos financeiros e de desenvolvimento e demais passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido era de R\$ 7,2 bilhões, composto principalmente por capital social de R\$ 3,7 bilhões e reservas de lucros de R\$ 3,9 bilhões, enquanto os passivos financeiros totalizavam R\$ 56,2 bilhões.

Na visão da Diretoria, a estrutura de capital do Banco permaneceu equilibrada e aderente ao modelo de negócios de uma instituição financeira de desenvolvimento regional. A base de *funding* combinou depósitos, recursos de fundos financeiros e de desenvolvimento, em especial o FNO, letras de crédito, empréstimos, repasses e demais obrigações financeiras. Essa composição permitiu sustentar a expansão das operações de crédito e fomento, preservando o capital regulatório em nível superior aos requerimentos mínimos aplicáveis.

Componente patrimonial	Saldo em 31.12.2025	Comentário da Administração
Passivos financeiros	R\$ 56,2 bilhões	Refletem a estrutura de <i>funding</i> necessária à atividade bancária, incluindo depósitos, instrumentos de dívida, repasses e fundos financeiros e de desenvolvimento.
Depósitos	R\$ 13,2 bilhões	Representam fonte relevante de captação para a atuação financeira e comercial do Banco.
Fundos financeiros e de desenvolvimento	R\$ 36,2 bilhões	Demonstram a relevância dos recursos vinculados ao papel institucional do Banco, especialmente na administração e aplicação de recursos do FNO.
Patrimônio líquido	R\$ 7,2 bilhões	Base de capital próprio que suporta a expansão dos ativos, a absorção de riscos e o cumprimento dos requerimentos prudenciais.
Patrimônio de Referência	R\$ 7,2 bilhões	Indicador prudencial utilizado para mensurar a capacidade de absorção de riscos regulatórios.
RWA	R\$ 54,5 bilhões	Crescimento associado à expansão da carteira, acompanhado por monitoramento de riscos e gestão de capital.

2.1.c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria entende que o Banco possui capacidade adequada para honrar seus compromissos financeiros assumidos, considerando a composição de seus ativos e passivos, a geração recorrente de resultados, a base de captação diversificada, a relevância de recursos vinculados a fundos financeiros e de desenvolvimento e a manutenção de capital regulatório acima dos requerimentos mínimos. Em 2025, o Banco registrou lucro líquido de R\$ 1,105 bilhão, resultado operacional de R\$ 851,3 milhões e resultado abrangente de R\$ 1,260 bilhão, preservando geração de resultado positiva mesmo em cenário de maior pressão sobre perdas esperadas e despesas administrativas.

Do ponto de vista prudencial, o Índice de Basileia de 13,28%, o Patrimônio de Referência de R\$ 7,2 bilhões e o RWA de R\$ 54,5 bilhões indicam, na avaliação da Diretoria, capacidade de absorção de riscos compatível com o perfil da Instituição. Adicionalmente, a gestão integrada de riscos e capital, conduzida no âmbito do Segmento 3 — S3, conforme a Resolução CMN nº 4.557/2017, contempla políticas corporativas, Declaração de Apetite a Riscos, programa de testes de estresse, Plano de Capital e Plano de Contingência de Capital, elementos que reforçam o acompanhamento da capacidade de pagamento e da suficiência de capital.

A Administração observa, contudo, que a elevação da inadimplência acima de 90 dias, de 2,15% em dezembro de 2024 para 4,67% em dezembro de 2025, exigiu reforço de monitoramento, revisão de critérios de concessão, gestão ativa da carteira e aprimoramento dos modelos de cobrança. Tais medidas são consideradas relevantes para preservar a qualidade dos ativos, mitigar impactos sobre o resultado e manter a capacidade de pagamento do Banco em cenário macroeconômico ainda desafiador.

2.1.d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento utilizadas pelo Banco em 2025 decorreram da própria estrutura operacional de instituição financeira, incluindo depósitos, instrumentos de dívida, obrigações por empréstimos e repasses, fundos financeiros e de desenvolvimento, capital próprio e geração interna de resultados. Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos totalizavam R\$ 13,2 bilhões; os outros instrumentos de dívida, representados por Letras de Crédito do Agronegócio — LCA, somavam R\$ 1,1 bilhão; as obrigações por empréstimos e repasses do país e do exterior totalizavam R\$ 961,5 milhões; e os fundos financeiros e de desenvolvimento somavam R\$ 36,2 bilhões.

No exercício, a atuação do FNO permaneceu central para a estratégia de *funding* e de fomento do Banco. As aplicações com recursos do FNO alcançaram R\$ 17,8 bilhões em 2025, com crescimento de 31,0% em relação ao ano anterior. Adicionalmente, o Banco utilizou sua geração de resultados e sua base patrimonial para suportar investimentos em modernização tecnológica, transformação operacional, canais digitais, evolução do core bancário e aprimoramento de modelos de crédito, cobrança, precificação e gestão de riscos.

2.1.e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Administração entende que, com base nas informações disponíveis na data das demonstrações financeiras de 2025, o Banco não apresentava deficiência de liquidez que demandasse plano específico de cobertura. A gestão de liquidez integra a estrutura de gerenciamento de riscos e capital do Banco,

abrangendo políticas, limites, monitoramento, testes de estresse e planos de contingência compatíveis com o porte, a complexidade e o perfil de risco da Instituição.

Caso se materializem pressões adicionais de liquidez, a Diretoria entende que o Banco poderá utilizar, conforme aplicável e observadas as condições de mercado e a regulamentação vigente, suas fontes usuais de captação e *funding*, incluindo depósitos, instrumentos de captação, repasses, recursos vinculados a fundos financeiros e de desenvolvimento, geração interna de caixa e instrumentos de gestão de liquidez próprios de instituições financeiras. A Administração continuará monitorando as condições macroeconômicas, a evolução da carteira, os fluxos de captação e a qualidade dos ativos, de forma a preservar níveis adequados de liquidez e capital.

2.1.f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

iii. grau de subordinação entre as dívidas

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos financeiros do Banco totalizavam R\$ 56,2 bilhões, sendo R\$ 53,7 bilhões classificados ao custo amortizado. A principal obrigação registrada no passivo financeiro correspondia a fundos financeiros e de desenvolvimento, no montante de R\$ 36,2 bilhões, seguida por depósitos, no valor de R\$ 13,2 bilhões, e por outros instrumentos de dívida, especialmente LCA, no montante de R\$ 1,1 bilhão. As obrigações por empréstimos e repasses do país e do exterior totalizavam aproximadamente R\$ 961,5 milhões.

Na avaliação da Diretoria, os níveis de endividamento são compatíveis com a natureza da atividade bancária, com a composição de *funding* do Banco e com sua função institucional de fomentar o desenvolvimento regional. O perfil das obrigações reflete a captação de recursos de terceiros típica de instituição financeira, além da administração de fundos financeiros e de desenvolvimento. A estrutura de passivos deve ser analisada conjuntamente com os ativos financeiros, a carteira de crédito, o capital regulatório, a liquidez e os mecanismos de gestão de riscos.

Principais obrigações financeiras	Saldo em 31.12.2025	Característica geral
Depósitos	R\$ 13,2 bilhões	Captações de clientes e contrapartes no curso normal das atividades bancárias.
Outros instrumentos de dívida — LCA	R\$ 1,1 bilhão	Instrumentos de captação vinculados ao financiamento do agronegócio.
Obrigações por empréstimos	R\$ 155,4 milhões	Obrigações financeiras contratadas para suporte às atividades do Banco.
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	R\$ 561,9 milhões	Repasses vinculados a programas e fontes oficiais de financiamento.

Principais obrigações financeiras	Saldo em 31.12.2025	Característica geral
Obrigações por repasses do exterior	R\$ 244,2 milhões	Obrigações em moeda estrangeira ou vinculadas a fontes externas, conforme contratos aplicáveis.
Fundos financeiros e de desenvolvimento	R\$ 36,2 bilhões	Recursos relacionados à função institucional de fomento e desenvolvimento regional.

2.1.g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os recursos relacionados aos financiamentos contratados são utilizados tomando como limite o estabelecido nos respectivos instrumentos contratuais.

2.1.h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Em observância à orientação da CVM, este subitem concentra-se nas variações significativas de resultado e fluxo de caixa, sem repetir integralmente as demonstrações financeiras. O exercício de 2025 foi marcado pelo crescimento das receitas, pela elevação das despesas de intermediação financeira e das perdas esperadas para ativos financeiros, pelo aumento das despesas administrativas em razão de investimentos estruturantes e pelo efeito positivo de créditos tributários diferidos.

As receitas da intermediação financeira somaram R\$ 6,4 bilhões em 2025, impulsionadas principalmente por receitas de operações de crédito, no montante de R\$ 3,5 bilhões, e pelo resultado de operações com títulos e valores mobiliários, de R\$ 2,9 bilhões. Por outro lado, as despesas da intermediação financeira atingiram R\$ 4,4 bilhões, refletindo o custo de captação e de repasses em ambiente de juros ainda restritivo. As perdas esperadas para ativos financeiros totalizaram R\$ 1,5 bilhão, sendo R\$ 1,4 bilhão relacionado a operações de crédito, em linha com a deterioração observada em determinados segmentos da carteira e com os novos critérios de mensuração e provisionamento introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021.

As outras receitas operacionais somaram R\$ 3,2 bilhões, com destaque para as receitas de *Del Credere* FNO, de R\$ 2,1 bilhões, receitas de prestação de serviços, de R\$ 556,2 milhões, e receitas de tarifas bancárias e comissões, de R\$ 297,8 milhões. Esses componentes evidenciam a diversificação das fontes de receita e a relevância das atividades ligadas ao FNO e à prestação de serviços bancários. As outras despesas operacionais totalizaram R\$ 2,2 bilhões, incluindo despesas de pessoal de R\$ 873,3 milhões, despesas administrativas de R\$ 817,1 milhões, despesas tributárias de R\$ 183,8 milhões e demais despesas operacionais de R\$ 253,5 milhões.

Linha de resultado	Exercício 2025	Comentário da Administração
Receitas da intermediação financeira	R\$ 6,4 bilhões	Crescimento associado à expansão da carteira de crédito, ao resultado de tesouraria e à maior atividade financeira.
Despesas da intermediação financeira	R\$ 4,4 bilhões	Refletem o custo de captação e repasses em ambiente de juros e condições financeiras mais restritivas.
Perdas esperadas para ativos financeiros	R\$ 1,5 bilhão	Impactadas pela adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 e pela deterioração de segmentos específicos da carteira, sobretudo agronegócio e varejo.
Resultado de intermediação financeira	R\$ 458,5 milhões	Positivo, mas pressionado pelo aumento das perdas esperadas e do custo de <i>funding</i> .
Outras receitas operacionais	R\$ 3,2 bilhões	Destaque para <i>Del Credere</i> FNO, prestação de serviços e tarifas, reforçando diversificação de receitas.
Outras despesas operacionais	R\$ 2,2 bilhões	Influenciadas por pessoal, despesas administrativas e investimentos no Programa Transformação.
Provisões	R\$ 675,9 milhões	Incluem efeitos relacionados a garantias financeiras prestadas, passivos atuariais e demandas judiciais.
Resultado antes dos tributos e participações	R\$ 852,2 milhões	Reflete a combinação entre crescimento de receitas e maior pressão de perdas e despesas.
IRPJ e CSLL sobre o lucro	R\$ 338,8 milhões positivo	Beneficiado pela constituição de crédito tributário de aproximadamente R\$ 339 milhões.
Lucro líquido	R\$ 1,105 bilhão	Resultado positivo e resiliente, ainda que 2,4% inferior ao lucro gerencial divulgado para 2024*.

* Em razão da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 nas demonstrações financeiras de 2025, e da correspondente dispensa de aplicação retrospectiva às demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, eventuais comparações entre a posição financeira, patrimonial e os resultados operacionais do Banco nesses períodos podem ser afetadas por diferenças de critérios contábeis e, portanto, não ser integralmente comparáveis.

A Administração entende que as variações relevantes do resultado em 2025 devem ser analisadas considerando, conjuntamente, a expansão da carteira, os efeitos da nova norma contábil aplicável a instrumentos financeiros, a pressão sobre a inadimplência, o ambiente macroeconômico mais restritivo e a execução de investimentos estruturantes. As despesas administrativas totalizaram R\$ 1,7 bilhão no conceito gerencial divulgado, crescimento de 37,5% em relação a 2024, influenciadas por despesas de pessoal, incluindo impacto de R\$ 52,5 milhões do Plano de Demissão Incentivada — PDI, e por maiores gastos com serviços técnicos especializados e processamento de dados, diretamente relacionados ao Programa Transformação.

2.2 Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Na avaliação da Diretoria, o resultado das operações em 2025 demonstrou a capacidade do Banco de ampliar sua atuação comercial e de fomento, preservar rentabilidade e sustentar sua missão institucional mesmo em cenário de maior pressão sobre risco de crédito e despesas de transformação. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 1,105 bilhão, equivalente a R\$ 1,132 bilhão em valores arredondados, com retração de 2,4% em relação ao indicador gerencial de 2024. A retração ocorreu apesar do crescimento das receitas e refletiu, principalmente, os efeitos da adequação à Resolução CMN nº 4.966/2021, que atualizou critérios de mensuração e provisionamento de ativos financeiros, bem como o ambiente mais desafiador para o segmento agropecuário e a elevação de despesas relacionadas à transformação operacional.

As receitas totais divulgadas pela Administração apresentaram crescimento de 22,3% em 2025, impulsionadas pela expansão das operações de crédito, pelo resultado de tesouraria, pelas receitas de *Del Credere*, pelas tarifas bancárias e pelas receitas de seguridade. As contratações de crédito somaram R\$ 23,8 bilhões, crescimento de 31,0% em relação a 2024, com 135.828 operações formalizadas e 88.048 clientes beneficiados. O crédito de fomento contratado alcançou R\$ 20,2 bilhões, alta de 30,0%, enquanto as aplicações com recursos do FNO somaram R\$ 17,8 bilhões, avanço de 31,0%.

A expansão operacional foi particularmente relevante em linhas estratégicas. O PRONAF atingiu R\$ 2,7 bilhões, crescimento de 99,7%; o apoio aos pequenos negócios alcançou R\$ 12,2 bilhões, alta de 33,7%; o crédito comercial somou R\$ 3,6 bilhões, crescimento de 36,7%; e o microcrédito produtivo orientado — MPO — atingiu R\$ 949,2 milhões, expansão de 141,6%. Na visão da Administração, esses números evidenciam o fortalecimento da atuação do Banco em segmentos prioritários para a Amazônia Legal, com ampliação de capilaridade, inclusão financeira e suporte à atividade produtiva regional.

Do ponto de vista das receitas recorrentes e de menor consumo de capital, as receitas de tarifas bancárias alcançaram R\$ 288,1 milhões no conceito gerencial divulgado, crescimento de 14,1% em relação a 2024. As receitas de *Del Credere* totalizaram R\$ 2,1 bilhões, alta de 13,7%, acompanhando a expansão da carteira vinculada ao FNO. As receitas de seguridade somaram R\$ 77,7 milhões, crescimento de 14,8%, com destaque para o seguro prestamista, que avançou 39,9%. A Diretoria entende que esse desempenho contribuiu para diversificar fontes de receita e reduzir a dependência exclusiva da margem financeira tradicional.

Por outro lado, o resultado foi pressionado por três fatores principais. O primeiro foi o aumento das perdas esperadas para ativos financeiros, que totalizaram R\$ 1,5 bilhão no exercício, refletindo a aplicação da Resolução CMN nº 4.966/2021 e a deterioração de determinados segmentos da carteira. O segundo foi o aumento da inadimplência acima de 90 dias, que atingiu 4,67% em dezembro de 2025, ante 2,15% em dezembro de 2024, influenciada por ambiente macroeconômico mais restritivo, pressão no agronegócio, eventos climáticos adversos, contingências regionais e casos pontuais de recuperações judiciais no segmento empresarial. O terceiro foi o crescimento das despesas administrativas, decorrente

de investimentos estratégicos em modernização tecnológica, evolução do core bancário, processamento de dados, serviços técnicos especializados, digitalização de processos e execução do Programa Transformação.

Vetor de desempenho	Indicador de 2025	Variação informada *	Comentário da Administração
Lucro líquido	R\$ 1,11 bilhão	-2,4%	Resultado resiliente, mas impactado por adequação regulatória, risco de crédito e investimentos estruturantes.
Contratações de crédito	R\$ 23,8 bilhões	+31,0%	Expansão da atividade comercial e de fomento, com ampliação da base de clientes beneficiados.
Crédito de fomento contratado	R\$ 20,2 bilhões	+30,0%	Reforça a atuação institucional do Banco no desenvolvimento regional.
Aplicações com recursos do FNO	R\$ 17,8 bilhões	+31,0%	Principal instrumento de fomento da Região Norte e componente central da estratégia do Banco.
Receitas de tarifas bancárias	R\$ 288,1 milhões	+14,1%	Crescimento associado à ampliação da base de clientes e da movimentação empresarial.
Receitas de <i>Del Credere</i>	R\$ 2,1 bilhões	+13,7%	Crescimento vinculado à expansão da carteira FNO com risco do Banco.
Receitas de seguridade	R\$ 77,7 milhões	+14,8%	Diversificação de receitas, com destaque para seguro prestamista.
Despesas administrativas	R\$ 1,7 bilhão	+37,5%	Influenciadas por PDI, serviços especializados, processamento de dados e Programa Transformação.
Inadimplência acima de 90 dias	4,67%	+2,52 p.p.	Pressão decorrente de cenário macroeconômico, agronegócio, varejo e recuperações judiciais pontuais.

* Em razão da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 nas demonstrações financeiras de 2025, e da correspondente dispensa de aplicação retrospectiva às demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, eventuais comparações entre a posição financeira, patrimonial e os resultados operacionais do Banco nesses períodos podem ser afetadas por diferenças de critérios contábeis e, portanto, não ser integralmente comparáveis.

A Diretoria entende que a elevação das despesas administrativas deve ser analisada no contexto de um ciclo de transformação operacional. Embora tenha exercido pressão sobre o resultado de curto prazo, o crescimento de despesas com serviços técnicos especializados e processamento de dados está diretamente relacionado à modernização da infraestrutura tecnológica, à evolução dos canais digitais, à integração entre tecnologia e negócios, à centralização e digitalização de processos de *backoffice* e ao aprimoramento dos modelos de crédito, cobrança e precificação. A Administração espera que tais iniciativas contribuam para ganhos de eficiência, escalabilidade e qualidade da experiência do cliente no médio e longo prazo, sem configurar projeção de resultado.

A qualidade do crédito permaneceu como ponto de atenção relevante em 2025. A inadimplência de pessoas físicas avançou de 2,4% para 5,7%, sendo o principal vetor de deterioração do indicador consolidado, enquanto a inadimplência de pessoas jurídicas passou de 1,8% para 3,6%. Em resposta, o Banco intensificou ações de monitoramento, revisão de critérios de concessão, gestão ativa da carteira, cobrança e recuperação de crédito, com foco nos segmentos mais sensíveis. A Diretoria entende que essas ações são necessárias para preservar a rentabilidade ajustada ao risco e sustentar o crescimento da carteira com disciplina prudencial.

O resultado de 2025 também foi positivamente afetado pela constituição de crédito tributário de aproximadamente R\$ 339 milhões, reconhecido no contexto das demonstrações financeiras do exercício. Esse efeito contribuiu para compensar parcialmente a pressão decorrente das perdas esperadas e das despesas operacionais, permitindo que o Banco encerrasse o exercício com lucro líquido superior a R\$ 1,1 bilhão e ROAE de 16,2%.

Em síntese, a Administração avalia que o desempenho de 2025 combinou expansão relevante de negócios, preservação de capital e rentabilidade, aumento de receitas diversificadas e avanço da transformação operacional, em contrapartida a maior pressão sobre risco de crédito, inadimplência e despesas de modernização. A Diretoria entende que os principais fatores que podem continuar influenciando o resultado das operações incluem a evolução do ambiente macroeconômico e das taxas de juros, o comportamento da carteira rural e de varejo, os efeitos da Resolução CMN nº 4.966/2021 sobre mensuração e provisionamento de ativos financeiros, a efetividade das medidas de cobrança e monitoramento, a disponibilidade de *funding* para expansão do crédito e a execução do Programa Transformação.

2.3 Os diretores devem comentar

2.3.a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Em 2025, houve mudança relevante nas práticas contábeis do Banco da Amazônia em razão da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/2021, que passou a disciplinar os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, incluindo classificação, mensuração, reconhecimento e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Essa alteração trouxe impactos sobre a apresentação e mensuração de contas patrimoniais e de resultado, especialmente nas rubricas relacionadas a ativos e passivos financeiros, perdas esperadas para ativos financeiros e tributos sobre o lucro.

Nas demonstrações financeiras de 2025, a adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 passou a se refletir, entre outros aspectos, na apresentação da rubrica de perdas esperadas para ativos financeiros, que totalizou R\$ 1.495,5 milhões no exercício, abrangendo operações de crédito, outros ativos financeiros e compromissos de crédito e créditos a liberar. A norma também impactou a estrutura patrimonial e regulatória do Banco, com reflexos no patrimônio líquido, no patrimônio de referência e nos indicadores de capital.

Conforme divulgado pela Administração, a adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 gerou impacto negativo de R\$ 206,0 milhões no exercício de 2025, deduzido do Patrimônio Líquido e do Patrimônio de Referência. Em linha com a Resolução CMN nº 5.199/2024, esse efeito passou a ser reconhecido de forma escalonada até 2028, mitigando seus impactos imediatos sobre o capital regulatório. Em 2025, o diferimento aplicado foi de 75% do impacto total, com reconhecimento de 25% do ajuste no patrimônio de referência no exercício.

Apesar dessa mudança normativa, as demonstrações financeiras de 2025 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e os efeitos da nova regulamentação foram devidamente refletidos nas notas explicativas e nas demonstrações do exercício. Dessa forma, não se tratou de mera ausência de mudança nas práticas contábeis, mas sim de alteração normativa relevante, com efeitos significativos sobre as informações apresentadas nos itens 2.1 e 2.2.

2.3.b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Quanto ao Parecer dos Auditores Independentes, relativo às demonstrações financeiras do exercício findo em 2025, a Administração do Banco reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância. Os auditores emitiram opinião sem ressalva sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A. e incluíram parágrafo de ênfase sobre as informações comparativas, em razão da dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras de 2025, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966 e na Resolução BCB nº 352, sem ressalva da opinião em relação a esse assunto.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

2.4.a. introdução ou alienação de segmento operacional

O Banco da Amazônia S/A não teve introdução ou alienação de segmento operacional.

2.4.b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

O Banco da Amazônia S/A não teve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

2.4.c. eventos ou operações não usuais.

No período, não ocorreram eventos ou operações não usuais.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- 2.5.1 informar o valor das medições não contábeis**
- 2.5.2 fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**
- 2.5.3 explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**
- 2.5.4 sua condição financeira e do resultado de suas operações**

Não aplicável.

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Com base nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e nas respectivas notas explicativas, não foram identificados eventos subsequentes com efeito relevante capazes de alterar substancialmente a posição patrimonial e financeira, o desempenho operacional ou os resultados do Banco da Amazônia S.A. Dessa forma, não houve fato posterior ao encerramento do exercício social que demandasse ajuste material ou divulgação adicional com potencial de modificar de forma significativa as informações apresentadas nas demonstrações financeiras.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

2.7.a. regras sobre retenção de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO.

Em consonância à legislação vigente e o Estatuto Social do Banco, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- absorção de prejuízos acumulados.
- 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital social.
- no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pelo Banco.
- no mínimo, 80% (oitenta por cento) do saldo que remanescer, para a constituição da Reserva Estatutária, até que alcance 10 % (dez por cento) do total de recursos aplicados do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, limitado ao que determina o Art. 199 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Valores das retenções de lucros (Mil)	Exercício 2025	Exercício 2024
Lucro Líquido	R\$ 1.105.418	R\$ 1.132.027
Reserva Legal	R\$ 55.271	R\$ 56.601
Reserva Estatutária	R\$ 424.462	R\$ 645.649
Juros sobre Capital Próprio – JCP	R\$ 420.318	R\$ 398.497
Dividendos (Mil)	R\$ 0,00	R\$ 31.936

Percentuais em relação aos lucros totais declarados: Corresponde ao *payout* bruto de 40% sobre o lucro líquido ajustado (base de cálculo para a distribuição).

2.7.b. regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto do Banco estabelece a distribuição de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pelo Banco.

2.7.c. periodicidade das distribuições de dividendos

Aos acionistas é assegurada a distribuição anual de dividendo mínimo e obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme definido em Lei, Estatuto Social e Política de Dividendos.

O Banco poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores para declarar e distribuir, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucro apurado nesses balanços.

Poderá ser imputado ao valor destinado a dividendos, integrado à respectiva importância, para todos os efeitos legais, o valor da remuneração, paga ou creditada, a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação pertinente.

2.7.d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e com a Política de Remuneração aos Acionistas do Banco da Amazônia, caso o Banco registre prejuízo ao fim do exercício social e/ou os órgãos da administração informarem à assembleia geral ordinária que a remuneração é incompatível com a situação financeira da companhia, deixa de ser obrigatória a remuneração mínima de 25% (vinte e cinco por cento).

2.7.e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O Banco possui Política de Remuneração aos Acionistas, aprovada em 24 e 25 de outubro de 2019, pelo Conselho de Administração, em sua 375ª reunião extraordinária.

O documento está disponível no site da CVM e no site www.ri.bancoamazonia.com.br – Investidores – Governança Corporativa. Estatuto, Políticas e Regimentos Internos - Banco da Amazônia

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet* items), tais como:
 - i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
 - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iii. contratos de construção não terminada
 - iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Todos os itens considerados relevantes e relacionados às operações do banco estão devidamente evidenciados nas Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia. Por conseguinte, não há itens relevantes a serem apresentados.

2.8.b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens considerados relevantes e relacionados às operações do banco estão devidamente evidenciados nas Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia. Por conseguinte, não há itens relevantes a serem apresentados.

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Conforme informado no item 2.8, todos os itens considerados relevantes e relacionados às operações do banco estão devidamente evidenciados nas Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia. Por conseguinte, não há matéria a ser comentada.

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor:

- a. Investimentos, incluindo:**
 - i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Em 2025 foram realizados importantes avanços na execução do Planejamento Estratégico 2024–2030, consolidando o **Programa Transformação** e reafirmando o propósito de impulsionar quem cria o futuro da Amazônia. A atuação do Banco esteve orientada pela geração de valor sustentável, com avanços relevantes em governança, eficiência operacional e modernização tecnológica.

No campo da tecnologia, o Banco avançou em iniciativas estruturantes que evidenciam a evolução de sua transformação digital, com entregas voltadas ao fortalecimento da transparência, à integração dos canais de atendimento, ao aprimoramento da gestão de dados e à modernização de sua arquitetura bancária. Em conjunto, essas iniciativas consolidam uma base tecnológica mais integrada, padronizada e orientada à eficiência operacional e à melhoria da experiência do cliente. Nesse contexto, foi publicada a primeira fase do Portal da Transparência, com a disponibilização, no site institucional, de contratos e informações de licitações extraídos diretamente do sistema SIGAF (Solução Integrada de Gestão Administrativa e Financeira), ampliando a publicidade das contratações e fortalecendo a transparência e a governança do Banco.

Na frente de Dados & Analytics, foram implementadas regras de sanitização e governança para o novo Data Lake, com padronização de cadastros, pipelines de ingestão contínua e modelagem inicial de dados voltada aos novos serviços de integração tecnológica, da adquirência e de cartões de crédito. Esse avanço amplia a capacidade de atuação do Banco com base em dados integrados e de maior qualidade, apoiando decisões mais assertivas e soluções mais aderentes ao perfil dos clientes.

Como desdobramento dessa evolução, o Banco avançou na modernização do Core Bancário, com a conclusão da prova de conceito da solução, a seleção do parceiro para implementação e a consolidação dos principais artefatos de planejamento. Também foram consolidadas a arquitetura

funcional e de processos de negócio com base no framework BIAN e a validação dos domínios de dados críticos.

Em multicanalidade, o Banco consolidou o desenho das integrações entre os diferentes canais e pontos de contato com o cliente, abrangendo APIs de canais digitais, sistemas de atendimento em agências e correspondentes, além de parceiros externos. Essa arquitetura padronizada contribui para a unificação de processos e para uma experiência mais fluida e consistente em todos os canais.

Essas entregas demonstram a evolução tecnológica promovida ao longo do período e consolidam as bases para uma arquitetura mais moderna, interoperável e escalável, com redução de complexidades do ambiente legado e ampliação da capacidade de inovação e entrega de serviços

Em 2025, foram destinados R\$ 114,4 milhões à infraestrutura tecnológica, investimentos que impactam significativamente a geração de negócios da instituição, pois preparam a infraestrutura tecnológica para expansão no volume de negócios pretendido para os próximos anos. Destaca-se a execução de projetos e iniciativas voltados à modernização da infraestrutura tecnológica, com ampliação da capacidade de armazenamento e processamento de dados, substituição de equipamentos de informática obsoletos, desenvolvimento e manutenção de sistemas e softwares e aquisição de licenças de software e sistemas.

Infraestrutura Tecnológica	Valores R\$ milhões	% Percentual
Armazenamento e processamento de dados	R\$ 45,1	39,4%
Desenvolvimento/Manutenção de sistemas e softwares	R\$ 38,6	33,7%
Aquisição de licenças de software e sistemas	R\$ 19,1	16,7%
Substituição de equipamento de TI	R\$ 11,6	10,1%
Total	R\$ 114,4	100%

Também foram aplicados recursos voltados a modernização da infraestrutura física da instituição. Esses investimentos estão relacionados a atualização e criação de espaços físicos em consonância ao modelo de negócios adotado pela instituição, através de reformas no edifício sede, que abrangem a mudança de layout dos andares da matriz e a modernização dos elevadores, a criação do Centro Cultural do Banco da Amazônia, Implantação da Universidade Corporativa, substituição de bens depreciados e reforma de agências.

Infraestrutura Física	Valores R\$ milhões	% Percentual
Reformas na matriz	R\$ 7,5	40,7%
Centro Cultural	R\$ 6,7	36,5%
Substituição de bens depreciados	R\$ 1,7	9,1%
Universidade Corporativa	R\$ 1,7	9%
Reforma de agências	R\$ 0,88	4,7%
Total	R\$ 18,5	100%

Destaca-se também o lançamento da nova marca institucional inaugura uma fase de fortalecimento estratégico, refletindo inovação, proximidade, sustentabilidade e protagonismo regional. Isso reforça o posicionamento da marca Banco da Amazônia como uma instituição moderna e orientada ao futuro, comprometida em gerar valor para a região e consolidar uma identidade institucional mais forte e reconhecida.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para a implementação dos investimentos citados, o Banco utiliza recursos próprios.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 2025 não ocorreram aquisições da espécie.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

O Banco não divulgou pesquisas em andamento de novos produtos e serviços.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

No âmbito do Programa Transformação, em 2025 houve um avanço na modernização da nossa infraestrutura tecnológica, com evolução do Core Bancário, implementação de novas arquiteturas de integração e uso intensivo de dados e *analytics*, promovendo maior eficiência, segurança e escalabilidade operacional. Importantes melhorias estruturais no campo operacional foram implementadas, incluindo a centralização e digitalização de processos de backoffice, a evolução dos modelos de crédito, cobrança e precificação. Essas iniciativas foram acompanhadas por investimentos em capital humano, com ampliação dos programas de capacitação e desenvolvimento, fortalecendo competências estratégicas e promovendo uma cultura organizacional orientada à inovação e resultados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG.

As iniciativas ASG do Banco da Amazônia, nas dimensões ambiental, social e de governança, permaneceram integradas à estratégia institucional em 2025. No exercício, o avançou na consolidação de sua estratégia de financiamento sustentável, com foco na diversificação das fontes de recursos, no fortalecimento de parcerias internacionais e na ampliação de instrumentos voltados à transição ecológica e à bioeconomia na Amazônia.

No âmbito do financiamento climático, foi dada continuidade à estruturação da operação de crédito com o Banco Mundial voltada à Transição Energética na Amazônia Legal, no montante aproximado de US\$ 100,0 milhões. A iniciativa tem como objetivo apoiar investimentos em infraestrutura energética sustentável, contribuindo para a redução de emissões de Gases do Efeito Estufa, o aumento da segurança energética em comunidades isoladas e a diminuição da dependência da geração a diesel, reforçando o nosso alinhamento às prioridades nacionais e internacionais de transição energética.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores relevantes que não tenham sido comentados anteriormente nesta seção.

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
Exercício/2025**Anexo A, Resolução CVM 81/22****1. Informar o lucro líquido do exercício:**

O Lucro Líquido do Exercício de 2025 foi de R\$ 1.105.418.282,57

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados (em R\$):

Montante Global de Dividendos e JCP	
Juros Sobre Capital Próprio:	R\$ 420.317.149,42
Valor por ação:	R\$ 7,49785
Dividendos:	
Valor por ação:	

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído (em R\$):

	Em R\$
Lucro Líquido	1.105.418.282,57
Reserva Legal (5% s/Lucro Líquido)	(55.270.914,13)
Saldo após a Reserva Legal	1.050.147.368,44
Realização da Reserva de Reavaliação	645.505,12
Base de cálculo para distribuição	1.050.792.873,56
Juros sobre capital próprio – JCP (*)	(420.317.149,42)
Reserva Estatutária	(424.462.421,09)
Reconhecimento dos efeitos da Resolução CMN nº 4.966/2021	(206.013.303,05)

(*) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

Em 2025, a remuneração dos acionistas está sob a forma de Juros sobre Capital Próprio (JCP), no valor bruto de R\$ 420.317.149,42, correspondendo ao *payout* bruto de 40%, (40% em 2024 e 28% em 2023) sobre o lucro líquido ajustado (base de cálculo para a distribuição).

Conforme o Estatuto Social e Política de Remuneração ao Acionista do Banco, e em consonância à Lei nº 6.404/1976, destinado, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado, apurado em cada exercício social, como dividendo mínimo obrigatório.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não foram distribuídos dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.**

Montante Global de Dividendos e JCP	
Juros Sobre Capital Próprio:	R\$ 420.317.149,42
Valor por ação:	R\$ 7,49785
Dividendos:	
Valor por ação:	

- b. **A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

A data de pagamento dos JCP será decidida na AGO de 09/06/2026

- c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não se aplica

- d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

A data de pagamento dos JCP será decidida na AGO de 09/06/2026.

Os JCP terão como base de cálculo as ações negociadas até o dia 09/06/2026, sendo que as negociações realizadas a partir de 10/06/2026 serão “ex-juros”.

5. **Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

- a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

No exercício de 2025, não houve pagamento antecipado de JCP.

- b. **Informar a data dos respectivos pagamentos**

No exercício de 2025, não houve pagamento antecipado de JCP.

6. **Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

- a. **Lucro líquido do exercício 2025 e dos 3 (três) exercícios anteriores**

Lucro Líquido 2025: R\$ 1.105.418.282,57

Lucro Líquido 2024: R\$ 1.132.026.942,22

Lucro Líquido 2023: R\$ 1.345.150.693,19

Lucro Líquido 2022: R\$ 1.122.314.170,91

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 4 (quatro) exercícios anteriores

Especificação	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
Quantidade de Ações ON	56.058.315	56.058.315	56.058.315	56.058.315
Lucro Líquido (R\$)	1.105.418.282,57	1.132.026.942,94	1.345.150.693,19	1.122.314.170,91
Juros s/ Capital Próprio R\$)	420.317.149,42	398.497.151,35	357.993.686,01	235.651.646,30
JCP por ação ordinária (R\$)	7,497855	7,10862	6,68309	4,20368
Dividendos (R\$)	-	31.935.374,37	-	63.130.318,04
Dividendos por ação ordinária (R\$)	-	0,56968	-	1,12615

7. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à Reserva Legal foi de R\$ 55.270.914,13

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

8. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

As ações do Banco da Amazônia são somente ordinárias nominativas, não havendo ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

O Banco não possui ações preferenciais.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

O Banco não possui ações preferenciais.

9. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

A forma de cálculo para fazer face aos dividendos está determinada no Estatuto Social do Banco.

“Art.69, inciso - III. vinte e cinco por cento, no mínimo, do lucro líquido ajustado, apurado em cada exercício social, para pagamento de remuneração aos acionistas.”

b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

Em 2025, a remuneração dos acionistas está sob a forma de JCP no valor de R\$ 420.317.149,42

c. Informar o montante eventualmente retido.

Não ocorreu retenção de JCP.

10. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não se aplica

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não se aplica

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica.

11. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado a reserva

Não ocorreu destinação para a reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não se aplica.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

Não se aplica.

d. Justificar a constituição da reserva

Não se aplica.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não ocorreu destinação para a reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não se aplica

13. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Art. 69. Observadas as disposições legais, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- I. absorção de prejuízos acumulados;
- II. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital social;
- III. no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pelo Banco;
- IV. no mínimo, 80% (oitenta por cento) do saldo que remanescer, para a constituição da Reserva Estatutária, até que alcance 10 % (dez por cento) do total de recursos aplicados do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, limitado ao que determina o Art. 199 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. A reserva destinar-se-á a reforço patrimonial para gerir o referido Fundo.

b. Identificar o montante destinado a reserva

O montante destinado à Reserva Estatutária foi de R\$ 424.462.421,09.

c. Descrever como o montante foi calculado

Corresponde ao remanescente do seguinte cálculo: valor do lucro líquido do exercício, subtraído o valor destinado à reserva legal, acrescido do valor de realização da reserva de reavaliação, e diminuído o valor destinado à JCP e Dividendos. Conforme demonstrado na tabela do item 3.

14. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não ocorreu retenção dessa natureza.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não se aplica.

15. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não ocorreu destinação para a reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não se aplica.

ANEXO II: REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
RESOLUÇÃO CVM Nº 80/2022 – SEÇÃO 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Proposição CPESR 2026-02 remuneração 2026-2027						
BANCO DA AMAZÔNIA S.A. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSELHEIROS FISCAIS, MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA E DEMAIS COMITÊS PERÍODO DE ABRIL/2026 A MARÇO/2027 EXERCÍCIO - 2026						
TIPO DE CARGO (uma linha para cada tipo)	RUBRICA	QTDE DE CARGOS PARA CADA TIPO (inserir quantidade) [a]	VALOR MENSAL (inserir valor) [b]	Nº PAGAMENTOS [c]	SUBTOTAL POR CARGO (não muda por troca de diretor) d=[bxc]	TOTAL GERAL POR TIPO DE CARGO e = [a x d]
Presidente	Honorário Fixo (Valor fixo)	1	R\$ 50.663,99	12	R\$ 607.967,88	R\$ 607.967,88
	Gratificação Natalina	1	R\$ 50.663,99	1	R\$ 50.663,99	R\$ 50.663,99
	Gratificação de Férias	1	R\$ 16.888,00	1	R\$ 16.888,00	R\$ 16.888,00
	Auxílio Alimentação	1	R\$ 2.097,73	12	R\$ 25.172,76	R\$ 25.172,76
	Auxílio Alimentação Natalina	1	R\$ 2.097,73	1	R\$ 2.097,73	R\$ 2.097,73
	Auxílio Moradia	1	R\$ 7.979,82	12	R\$ 95.757,84	R\$ 95.757,84
	Plano de Saúde	1	R\$ 1.453,91	12	R\$ 17.446,92	R\$ 17.446,92
	Previdência Complementar	1	R\$ 6.586,32	13	R\$ 85.622,16	R\$ 85.622,16
	Quarentena	1	R\$ 50.663,99	6	R\$ 303.983,94	R\$ 303.983,94
	RVA - parcela à vista Ano base 2025, se houver	1	R\$ 182.390,36	1	R\$ 182.390,36	R\$ 182.390,36
	RVA - 1ª parcela diferida Ano base 2024, se houver	1	R\$ 36.765,23	1	R\$ 36.765,23	R\$ 36.765,23
	RVA - 2ª parcela diferida Ano base 2023, se houver (*)	1	R\$ 15.997,79	1	R\$ 15.997,79	R\$ 15.997,79
	RVA - 3ª parcela diferida Ano base 2022, se houver	1	R\$ 41.507,41	1	R\$ 41.507,41	R\$ 41.507,41
	Indenização de Transferência	1	R\$ 101.327,98	2	R\$ 202.655,96	R\$ 202.655,96
	Axílio Creche	1	R\$ 697,14	12	R\$ 8.365,68	R\$ 8.365,68
Diretor	Honorário Fixo (Valor fixo)	5	R\$ 44.573,15	12	R\$ 534.877,80	R\$ 2.674.389,00
	Gratificação Natalina	5	R\$ 44.573,15	1	R\$ 44.573,15	R\$ 222.865,75
	Gratificação de Férias	5	R\$ 14.857,72	1	R\$ 14.857,72	R\$ 74.288,58
	Auxílio Alimentação	5	R\$ 2.097,73	12	R\$ 25.172,76	R\$ 125.863,80
	Auxílio Alimentação Natalina	5	R\$ 2.097,73	1	R\$ 2.097,73	R\$ 10.488,65
	Auxílio Moradia	5	R\$ 7.979,82	12	R\$ 95.757,84	R\$ 478.789,20
	Plano de Saúde	5	R\$ 1.453,91	12	R\$ 17.446,92	R\$ 87.234,60
	Previdência Complementar	5	R\$ 5.794,51	13	R\$ 75.328,62	R\$ 376.643,12
	Quarentena	5	R\$ 44.573,15	6	R\$ 267.438,90	R\$ 1.337.194,50
	RVA - parcela à vista Ano base 2025, se houver	5	R\$ 160.463,34	1	R\$ 160.463,34	R\$ 802.316,70
	RVA - 1ª parcela diferida Ano base 2024, se houver	1	R\$ 161.726,51	1	R\$ 161.726,51	R\$ 161.726,51
	RVA - 2ª parcela diferida Ano base 2023, se houver (**)	1	R\$ 70.257,31	1	R\$ 70.257,31	R\$ 70.257,31
	RVA - 3ª parcela diferida Ano base 2022, se houver (***)	1	R\$ 127.360,62	1	R\$ 127.360,62	R\$ 127.360,62
	Indenização de Transferência	5	R\$ 89.146,30	2	R\$ 178.292,60	R\$ 891.463,00
	Auxílio Creche	5	R\$ 697,14	12	R\$ 8.365,68	R\$ 41.828,40
I - TOTAL DA DIRETORIA						R\$ 9.175.993,39
Membros CA	Honorário CA	7	R\$ 4.938,73	12	R\$ 59.264,78	R\$ 414.853,44
	Previdência CA	7	R\$ 642,04	12	R\$ 7.704,42	R\$ 53.930,95
II - TOTAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						R\$ 468.784,39
III - TOTAL DOS ADMINISTRADORES (I+II)						R\$ 9.644.777,78
Membros CF	Honorário CF	4	R\$ 4.938,73	12	R\$ 59.264,78	R\$ 237.059,11
	Previdência CF	4	R\$ 642,04	12	R\$ 7.704,42	R\$ 30.817,68
IV - TOTAL DO CONSELHO FISCAL						267.876,79
Membros CoAud	Honorário do Coaud	3	R\$ 19.754,93	12	R\$ 237.059,11	R\$ 711.177,32
	Previdência Coaud	3	R\$ 2.568,14	12	R\$ 30.817,68	R\$ 92.453,05
V - TOTAL DO COMITÊ DE AUDITORIA						R\$ 803.630,38
Membros	Honorário Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e de Capital	2	R\$ 19.754,93	12	R\$ 237.059,11	R\$ 474.118,22
	Honorário Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração	1	R\$ 16.419,60	12	R\$ 197.035,20	R\$ 197.035,20
	Honorário Comitê Estratégico de Inovação e Tecnologia	1	R\$ 16.419,60	12	R\$ 197.035,20	R\$ 197.035,20
	Previdência Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e de Capital	2	R\$ 2.568,14	12	R\$ 30.817,68	R\$ 61.635,37
	Previdência Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e	1	R\$ 2.134,55	12	R\$ 25.614,58	R\$ 25.614,58
VI - TOTAL DO DEMAIS COMITÊS						R\$ 981.053,14
OBS:						
a) O valor da "Indenização de Transferência" será utilizado para pagamento de benefício para membro da Diretoria que teve que transferir residência para exercício do cargo.						
b) No número de pagamentos da "Previdência Complementar" (13) está previsto a incidência sobre a Gratificação Natalina.						
c) Os valores das parcelas diferidas da RVA (2024, 2023 e 2022) poderão sofrer pequena oscilação em razão da variação da cotação das ações do Banco da Amazônia até a data do efetivo pagamento (maio/2026).						
(*) contemplando 2 Presidentes						
(**) contemplando 7 diretores						
(***) contemplando 4 diretores						



FELISSA SOUSA ALARCON

Sexo: F

CONHECIMENTOS TÉCNICOS

OPERAÇÃO DE CRÉDITO

FINANÇAS

CONCESSÃO DE
INFRAESTRUTURA DE
TRANSPORTES

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -
ORÇAMENTO

ESG

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

DIVIDA PUBLICA

COMPETÊNCIAS SOFT SKILLS

COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

ENGAJAMENTO DE PESSOAS E
EQUIPES

FOCO NOS RESULTADOS PARA
OS CIDADÃOS

GERAÇÃO DE VALOR PARA OS
USUÁRIOS

GESTÃO DE CRISES

GESTÃO PARA RESULTADOS

MENTALIDADE DIGITAL

ORIENTAÇÃO POR VALORES
ÉTICOS

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS
COM BASE DE DADOS

TRABALHO EM EQUIPE

VISÃO DE FUTURO



OUTROS CARGOS EFETIVOS

AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE

SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL EFETIVO (P. EXECUTIVO)

Função/DAS: FUNÇÃO COMISSIONADA EXECUTIVA - CHEFE DA ASSESSORIA

Lotação: MINISTERIO DA FAZENDA

Jornada: 40

Estabilidade: Servidor Estável

Programa de Gestão: Teletrabalho Parcial



SOBRE

Sou mestre em economia pela UnB e auditora do Tesouro Nacional, com MBA em Finanças pelo INSEAD Business School. Em 10 anos atuando como servidora efetiva no setor público, passei por diversos cargos de gestão, inclusive na administração indireta como Diretora Financeira e Administrativa da CPTM, além de já ter atuado como Assessora Econômica do Ministro da Fazenda, Diretora no MDR e também Assessora no Congresso Nacional. Minha experiência profissional sempre teve ênfase em planejamento e execução do orçamento público, inclusive de estatais, coordenação de equipes, coordenação de contratos de empréstimos internacionais e parcerias público-privadas no setor de transportes.



FORMAÇÃO

MESTRADO - BUSINESS ADMINISTRATION (MBA)

LONDON BUSINESS SCHOOL, COLUMBIA UNIVERSITY, WHARTON
SCHOOL, INSEAD E CEIBS
2021 - 2023 - Concluído

MESTRADO - ECONOMIA (MASTER OF ARTS)

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
2011 - 2012 - Concluído

GRADUAÇÃO - BACHARELADO EM ECONOMIA

IDIOMAS

INGLÊS

Compreensão

Escrita

Fala

Leitura



ÁREAS DE INTERESSE

FINANÇAS PÚBLICAS

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTÁVEL

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ESG

INFRAESTRUTURA

OPERAÇÕES DE CRÉDITO PARA
ESTADOS E MUNICÍPIOS EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**Tesouro Nacional - Chefe da Assessoria Econômica / 0**

Ministério da Fazenda

11/2024 - Atual

I - assessorar o Secretário e o Secretário Adjunto do Tesouro Nacional em projetos estratégicos relacionados a investimentos públicos, incluídos aqueles realizados sob as modalidades de investimento direto, parceria público-privada e concessões; II - acompanhar o uso estratégico dos recursos de contrapartidas das instituições financeiras originárias da contratação de operações de crédito com Entes Federados, com a garantia da União.

ECONOMIA**Tesouro Nacional - Coordenação da Dívida Pública**

Ministério da Fazenda

11/2023 - 11/2024

Emitir parecer com resultado da análise do pleito de operação de crédito externo da União; Elaborar a projeção do limite de contratação de operações de crédito externas (compõe o resumo que subsidia a participação no COFIEX); Ações para subsidiar o representante da STN nas reuniões (GTEC e COFIEX).

DÍVIDA PÚBLICA ORÇAMENTO PÚBLICO FINANCIAMENTO**EXTERNO****ASSESSOR ESPECIAL COMISSÕES - DAS 102.5**

CAMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL

10/2021 - 01/2023

Apoio técnico aos deputados nas Comissões de Viação e Transportes e de Orçamento; Propor, manifestar-se e acompanhar, em articulação com os órgãos afins, projetos de lei no setor de transportes no que tange os aspectos fiscais, econômicos e orçamentários.

ORÇAMENTO PÚBLICO PROCESSO LEGISLATIVO TRANSPORTES**Tesouro Nacional - Coordenação de Participações Societárias**

Ministério da Fazenda

01/2021 - 10/2021

Acompanhamento das empresas estatais relevantes, com foco no Risco Fiscal da União; Emissão de pareceres sobre a Capacidade de Pagamento de empresas estatais.

EMPRESAS PÚBLICAS CONTABILIDADE GESTÃO FISCAL**DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA CIA DE TRENES METROPOLITANOS - CPTM / DAS 101.5**

SECRETARIA DE TRANSP E MOBILIDADE URBANA DE SP

01/2019 - 12/2020

Gestão de fluxo de caixa e capital, patrimônio, parcerias público-privadas, contabilidade e gestão de portfólio de investimentos da maior empresa ferroviária metropolitana da América Latina controlada pelo Governo do Estado de São Paulo.

ORÇAMENTO PÚBLICO TRANSPORTES CONTABILIDADE**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTRATOS E LICITAÇÕES****GESTÃO DE PESSOAS****DIRETORA DE INVESTIMENTOS EM MOBILIDADE URBANA DAS 101.5 / DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR**

MINISTERIO DAS CIDADES

06/2018 - 12/2018

Administração do Fundo de Investimentos do Governo Federal de R\$ 5,8 bilhões em média ao ano, que apoia a Política Nacional de Mobilidade Urbana, voltada para a implantação de sistemas de infraestrutura de transporte público e mobilidade urbana em todo o Brasil, contribuindo para a promoção do desenvolvimento físico-territorial, econômico e social desenvolvimento em mais de 870 municípios. Auxílio e suporte de informações ao Secretário de Estado da Mobilidade Urbana.

ORÇAMENTO PÚBLICO ECONOMIA MOBILIDADE URBANA

ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA DAS 102.5 / DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

Agência Nacional de Telecomunicações

07/2016 - 05/2018

Propor, manifestar-se e acompanhar, em articulação com os órgãos afins, políticas públicas de telecomunicações no que tange os aspectos fiscais, econômicos e orçamentários; Emitir manifestação técnica em processos de regularização de obrigações de natureza financeira das empresas reguladas para subsidiar decisões colegiadas; Subsidiar com informações o Presidente da ANATEL nos assuntos relacionados à sua área de atuação.

POLÍTICA FISCAL ORÇAMENTO PÚBLICO MICROECONOMIA ECONOMIA DA REGULAÇÃO INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA ASSESSOR ECONOMICO

Tesouro Nacional - Coordenação de Programação Financeira da União

Ministério da Fazenda

07/2014 - 07/2016

Análise de dados estatísticos, análise de risco, análise de cenário econômico e planejamento fiscal do Resultado Primário do Governo Central junto à Coordenação de Programação Financeira.

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA SIAFI TESOIRO GERENCIAL ORÇAMENTO PÚBLICO POLÍTICA FISCAL

CURSOS

CONCEITOS BÁSICOS DE FINANÇAS E CONTABILIDADE PARA EMPRESAS ESTATAIS

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP

11/2025 - 11/2025

Concluído - Carga Horária: 20 Hrs

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR APLICADA ÀS EMPRESAS ESTATAIS

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP

11/2025 - 11/2025

Concluído - Carga Horária: 10 Hrs

GESTÃO DE PESSOAS NAS EMPRESAS ESTATAIS

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP

11/2025 - 11/2025

Concluído - Carga Horária: 20 Hrs

INTEGRIDADE, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE EM EMPRESAS ESTATAIS

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP

11/2025 - 11/2025

Concluído - Carga Horária: 30 Hrs

O PAPEL DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP
10/2025 - 11/2025

Concluído - Carga Horária: 20 Hrs

AUDITORIA E CONTROLE PARA ESTATAIS

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP
11/2024 - 11/2024

Concluído - Carga Horária: 20 Hrs

GESTÃO DA ESTRATÉGIA COM BSC - FUNDAMENTOS

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP
07/2024 - 07/2024

Concluído - Carga Horária: 20 Hrs

GESTÃO DE RISCOS EM PROCESSOS DE TRABALHO (SEGUNDO O COSO)

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP
07/2024 - 07/2024

Concluído - Carga Horária: 20 Hrs

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) E NOVO REGIME FISCAL (NRF)

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP
06/2024 - 07/2024

Concluído - Carga Horária: 30 Hrs

GESTÃO DO CONHECIMENTO NO SETOR PÚBLICO

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP
06/2024 - 06/2024

Concluído - Carga Horária: 20 Hrs

PRINCÍPIOS DO DESIGN THINKING E INOVAÇÃO EM GOVERNO

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP
06/2024 - 06/2024

Concluído - Carga Horária: 10 Hrs

INTRODUÇÃO À GESTÃO DE PROCESSOS

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP
06/2024 - 06/2024

Concluído - Carga Horária: 25 Hrs

APLICAÇÃO DO POWER BI PARA APRIMORAMENTO DA GESTÃO

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP
06/2024 - 06/2024

Concluído - Carga Horária: 25 Hrs

GESTÃO DA INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP
06/2024 - 06/2024

Concluído - Carga Horária: 20 Hrs

FUNDAMENTOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: MAPEAMENTO E AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP
06/2024 - 06/2024

Concluído - Carga Horária: 20 Hrs

ANÁLISE E MELHORIA DE PROCESSOS

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP
06/2024 - 06/2024

Concluído - Carga Horária: 20 Hrs

INTRODUÇÃO À GESTÃO DE PROJETOS

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP

06/2024 - 06/2024
Concluído - Carga Horária: 20 Hrs

DOMINANDO A GESTÃO DE PROJETOS

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP
04/2024 - 04/2024
Concluído - Carga Horária: 21 Hrs

TESOURO GERENCIAL

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP
05/2021 - 05/2021
Concluído - Carga Horária: 60 Hrs

LIDERANÇA E O DESAFIO DO ENGAJAMENTO

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP
02/2020 - 02/2020
Concluído - Carga Horária: 30 Hrs

✉ **CONTATO**

Telefone: 61-999091709

Email Institucional: felissa.alarcon@tesouro.gov.br



Link Público:

<https://curriculo.sougov.economia.gov.br/felissa-alarcon-102100805>

As informações deste currículo são autodeclaratórias, sendo responsabilidade exclusiva de quem as declara comprovar a veracidade e a autenticidade. Tenho ciência de que a prestação de informações falsas ou diversas das que deviam ser escritas são passíveis de responsabilização administrativa, cível e criminal.
Currículo gerado pelo Sistema Perfil Profissional - Sougov.br em 09/04/2026 às 11:44
Data da última atualização: 09/04/2026 às 11:44

CURRICULO RESUMIDO

HENRIQUE ALVES SANTOS

Cargo Público Efetivo: AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE
Órgão de Exercício: SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL/MINISTÉRIO
DA FAZENDA

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Possui graduação em Engenharia Agrônoma (Agronomia) pela Universidade Federal de Viçosa (2002) e MBA em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Auditor Federal de Finanças e Controle

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Desde 2009

Desde 2023 é Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Operações Fiscais (CGFIS) da Subsecretaria de Gestão Fiscal (SUGEF)

Técnico de Finanças e Controle

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

De 2008 a 2009

Conselheiro Fiscal

Instituto Brasileiro do Algodão - IBA

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Eletrosul

Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf,

Indústria de Material Bélico do Brasil – Imbel

Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ